



Seis páginas de notícias curtas destinadas de maneira específica ao servidor público. Por isso a seção é intitulada «Leitura Dinâmica»



O SERVIDOR PERGUNTA E O SINAPRO RESPONDE

Até o final deste ano estará funcionando no Ministério da Administração, o Sistema Nacional de Protocolo, que permitirá a localização imediata de qualquer processo que tramitar no serviço público. O sistema será implantado em três fases e até o final do próximo ano estará ligando todos os órgãos da administração pública no país. As informações serão fornecidas aos usuários através de telefone, incluindo um serviço de informática.

Na primeira fase de implantação, o SINAPRO processará os documentos existentes no próprio Ministério da Administração, sendo posteriormente estendido a outros ministérios.

A partir daí, já na última etapa, vai interligar todos os órgãos da administração federal permitindo, inclusive, que a consulta seja feita de qualquer estado do país. Com isso, bastará a qualquer cidadão discar um número telefônico — serão apenas três, para facilitar a memorização — para saber imediatamente onde se encontra seu processo, em que seção, com que funcionário e, até mesmo o telefone e o ramal para a localização deste funcionário. Ao mesmo tempo, os ministérios terão, a cada 15 dias, um quadro geral da situação dos processos de sua área, o que impedirá que qualquer documentação venha a ser arquivada ou engavetada sem fiscalização. Nenhum processo, a partir da implantação do SINAPRO

poderá ter sua tramitação interrompida, desde sua entrada até o parecer final sobre o assunto. Com isto, a administração pública se torna «transparente».

Segundo técnicos especializados do Ministério da Administração, o protocolo do serviço público, ao longo de 20 anos de autoritarismo, ficou sobrecarregado não só com o acúmulo de trabalho, mas com o próprio manuseio dos processos que oferece uma margem muito grande de risco. Com o auxílio da automação, este problema será reduzido ao mínimo. Atualmente, a maioria dos processos existentes no serviço público dispensável, já que grande parte deles são documentos — transformados em processos como telexograma, avisos,

memorandos, telex-relatórios, ofícios e até mesmo cartas e bilhetes. A consequência inevitável deste manuseio foi o congestionamento de arquivos, gavetas e pastas e o emperramento de todo o setor de protocolo.

Ao abolir este quadro — ou naos — o novo sistema garantirá ao serviço público maior racionalidade, rentabilidade e agilidade na administração dos serviços. Um sistema semelhante — com muito êxito — funciona hoje em Goiás, e também no ministério da Fazenda, so que neste último não é utilizado o telefone.

Com a implantação do SINAPRO, o setor de protocolo de qualquer órgão público passará a exercer quatro funções, ao invés das sete de hoje. Compete agora ao protocolo fornecer a senha e responder às consultas do público, consultas internas, do próprio Governo, emitir «relação de remessa» para acompanhar cada processo, receber relação de movimentação para atualizar o fichário e desarquivar todas as fichas envolvidas no processo quando for preciso atualizá-las. Automatizado, o protocolo ficará responsável apenas pela emissão da senha — número do processo — respondendo a consultas, formação de processos e promoção de cadastramento.

Uma das grandes vantagens do sistema mecanizado consiste no fim das fichas de atualização das movimentações, trabalho que prejudica muito o serviço dos funcionários do setor, obrigados a renova-las de tempos em tempos, uma vez que se rasgam com o frequente manuseio.

Suprimem-se as anotações manuais, examinando o motivo principal do congestionamento do serviço público, reduzem-se os arquivos, proporcionando ainda a redução do acúmulo de papel e permitindo maior espaço útil ao setor. Diariamente, os funcionários do protocolo terão à sua disposição uma listagem preparada pelo computador, com posição atualizada, dia-a-dia, de todos os processos. ■

«Fala Cidadão» já funciona

Os Ministérios da Administração, da Fazenda e da Previdência Social são os órgãos que mais recebem e respondem atualmente a consultas da população, enviadas ao Ministério da Desburocratização, através do projeto «Fala Cidadão», que funciona em 18 cidades brasileiras. Até agora, mais de 4 mil sugestões, queixas e reclamações já foram enviadas e, desse total, 860 respostas foram enviadas pelos ministérios, Congresso Nacional, governos estaduais e pelo Poder Judiciário. O Ministério da Administração tem mantido um bom nível de respostas, segundo informa o ministro Paulo Lustosa, da Desburocratização. ■



Concursos garantidos

Os decretos assinados pelo Presidente José Sarney proibindo a contratação para preenchimento de vagas abertas no serviço público por aposentadoria ou invalidez não atingem os concursos públicos já autorizados pelo Ministério da Administração. Os concursos já marcados serão realizados nas datas previstas. ■

Governo revê FAS e DAS

A Comissão da Reforma Administrativa vai examinar proposta para regulamentar a ocupação de Direção e Função de Assessoramento Superiores — DAS e FAS. Segundo o ministro Aluizio Alves, isto é necessário para estimular a carreira do funcionário público, de forma que ele possa alcançar cargos de direção, acabando com a política de clientelismo. Para o ministro, estes cargos passam a ser usados como forma de contornar os impedimentos legais a contratações em períodos eleitorais. ■



Bordadeiras têm contrato

A contratação de servidores públicos como empacatador, bordadeira e modelo vivo são alguns exemplos dos disparates detectados por um levantamento feito em 134 órgãos fora de Brasília, já entregue ao Ministro da Administração, Aluizio Alves. De acordo com a pesquisa, existem datilógrafos que recebem salários superiores aos de agente administrativo em final de carreira, gratificação de insalubridade para motoristas e exonerações de servidores, contratados logo depois com salários maiores. O ministro recebe, ainda neste mês, levantamento completo das irregularidades cometidas em questões de pessoal na administração direta e autarquias. A Secretaria de Pessoal Civil do Ministério da Administração já terminou a segunda etapa do levantamento feito junto a 85 órgãos públicos de Brasília. ■

Marcos Moreira e Ydê Afonso venceram o concurso de arte do servidor



Servidor faz arte e expõe

Uma passagem de ida e volta ao Rio de Janeiro, com direito a estadia de três dias, foi o prêmio dado a cada um dos vencedores da I Exposição de Arte do Servidor Público, realizada no mês passado em Brasília, no Ginásio de Esportes, promovida pela FUNCEP. Dos 84 expositores que ali apresentaram 246 trabalhos, destacaram-se, em primeiro lugar, os funcionários Ydê Afonso, da Fundação Educacional do Distrito Federal, com a obra em pintura «Ritual IV»; e Marcos Jessé Moreira, do Ministério da Educação e Cultura, com trabalho em pintura. Também Rogério Santiago Paes Neto, do Ministério da Fazenda, ganhou o primeiro lugar, com sua escultura «o duende Capoeira». Em segundo lugar na categoria esculturas, ficaram Fátima Bueno de Oliveira, da Câmara dos Deputados, Mariane Nunes Pereira, da Fundação do Serviço Social do DF, e Raul Bezerra Filho, do Ministério das Relações Exteriores.

Fizeram parte da mostra, que durou cinco dias, trabalhos em porcelana, cerâmica, barro, madeira e pedras, além de quadros a óleo, pinturas em ouro e sobre o feltro, desenhos em nanquim e tapeçaria. ■



Pessoal vai fazer dieta

«Extirpar as gorduras que possam ser detectadas». Esse eufemismo dietético está sendo utilizado pela Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST) para denominar a demissão que deverá ocorrer nos quadros de pessoal das empresas estatais, segundo confirmação feita pelo titular da SEST, Henri Philippe Reichstul, recentemente à imprensa.

A meta desse «regime» é reduzir a obesidade da folha das estatais em pelo menos 1% (cerca de Cr\$ 350 bilhões) proporcionando uma economia

significativa aos cofres públicos. O Governo, de acordo com Reichstul, está confiante na capacidade de absorção dos funcionários das estatais pelo setor privado, lomando por base o reaquecimento da economia e a consequente criação de novos empregos e uma oferta de melhores salários.

Nessa previsão também se pendura a esperança do Governo de evitar uma demissão em massa no setor público e, com isso, o agravamento das tensões sociais. Para reforçar essa esperança, a SEST aposta na capacidade produtiva de algumas estatais que poderiam receber o repasse de empregados proveniente dos

cortes nas menos produtivas. Nessa área, os cálculos da Secretaria indicam que de um total de 1,2 milhão de empregados das estatais, apenas 60 mil estão nas empresas produtivas.

Reichstul explica porque prefere usar calorias em lugar de demissões: Não pretendemos, reduzir os gastos de pessoal nas estatais, mas sim enxugar os setores ociosos, dentro de uma política de moralização do setor público. Se com essa medida economizarmos recursos, será apenas uma boa consequência. Ele não quis falar no montante que poderia ser economizado com o aperto, embora a indicação do corte de 1% seja significativa.

Até 1988 serão auditadas 60 empresas estatais, que fornecerão uma radiografia bastante completa de cada uma. Aí, a análise individual de cada caso permitirá a definição do grau de aperto no respectivo cinto.

Junto com o aperto virá a «recomendação médica de não ingerir novas calorias», isto é, a proibição de novas contratações será mantida em 1986 para garantir o saneamento de pessoal nas empresas do Governo. ■

Plano muda os salários

Com a modificação do Plano de Cargos e Salários dentro do Estatuto do Servidor Público, finalmente terminam as distorções entre funcionários que exercem a mesma função com salários diferentes. Hoje, enquanto a lei prevê a existência de apenas 35 níveis salariais para o servidor de nível médio e de 25 para o de nível superior, há, na prática, 374 níveis de salários. Em alguns casos, a diferença entre um e outro é de apenas 2 ou 3 por cento. O que se pretende com a mudança é que para cada promoção a competência seja o fator relevante. ■

REFORMA

Esperar não foi em vão. Chegou a hora



O Caminho é o de não Voltar



Mudança com novo Estatuto

Existem 16 diferenças básicas entre o atual Estatuto do Funcionalismo Público — Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — e o novo texto elaborado pela Câmara IV da Comissão Geral para a Reforma Administrativa do Governo. A maior novidade é a possibilidade de sindicalização do funcionário público dentro do sindicato de sua categoria profissional, sem permitir, contudo, a criação de um sindicato para o servidor público. Como a lei em vigor, o anteprojeto do novo Estatuto é omissivo quanto ao direito de greve no serviço público, mas concede licença remunerada aos servidores eleitos para mandatos classistas — de até dois anos consecutivos — em entidades representativas de funcionários de âmbito nacional, para cargos de presidente, secretário e tesoureiro.

Com a aprovação do anteprojeto, todos os cálculos financeiros para a concessão de benefícios passam a ser feitos sobre a remuneração total do servidor, e não mais apenas sobre o seu salário,

O Boletim da reforma

Além da Revista do Serviço Público, que está sendo relançada, o Ministério da Administração edita o Reforma, boletim mensal, com informações específicas sobre a Reforma Administrativa, com noticiário das seis Câmaras em que foi dividida a Comissão Geral da Reforma Administrativa. O Reforma nº 1, de outubro, teve em sua capa as mensagens do presidente José Sarney e do ministro Aluizio Alves, ainda no Reforma, entrevista com o ministro do Planejamento, João Sayad, e notícias de interesse do servidor. O Boletim da Reforma, nº 2, já está sendo distribuído. ■

conforme a lei atual. Isto quer dizer que os funcionários públicos, ao se aposentarem, saírem de férias ou de licença, receberão como benefício o somatório de todos os seus vencimentos: salário mais gratificações. O texto, elaborado com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) institui também a conversão, em dinheiro, de até um terço — 10 dias — do período de férias do funcionário.

O novo estatuto transforma, ainda, o quinquênio em anuênio; estabelece a concessão do 13º salário aos funcionários estatutários; amplia o tempo do estágio probatório de um para dois anos; determina a paridade de direitos entre aposentados e funcionários na ativa; diminui o prazo para a licença especial (licença prêmio) — que hoje é para cada dez anos de serviço efetivo, seis meses de licença remunerada — para cinco anos com três meses de licença remunerada. Também fica determinada a conversão em dinheiro ou contagem em dobro do tempo das licenças, caso o funcionário não as goze. Por último, o texto deixa de fora a discussão sobre o salário família que deve ser analisada no Plano de Assistência. ■

Conselho de quem sabe

Cerca de 40 empresas estatais terão, a partir do próximo ano, em seu Conselho Administrativo, um novo membro: a ser indicado pelo Governo: um empresário do setor privado que não faça parte do mesmo setor e que não seja fornecedor ou comprador direto da empresa estatal em que atuará como conselheiro. A informação é do coordenador do cadastro geral da Secretaria de Controle das Estatais (Sest), Paulo Knippel Galletta, e a medida virá no bojo das determinações constantes do pacote econômico a ser lançado pelo Governo até o final deste ano. Os 80 empresários nacio-

nais definidos pela Sest como os que mais correspondem ao perfil procurado pelo governo foram selecionados a partir da listagem anual dos melhores e mais conceituados empresários privados do país, e já estão sendo sondados para que até o final do ano sejam empossados em seus novos cargos. O único nome confirmado, segundo Paulo Galletta, e o de Antônio Erminio de Moraes, mas há vários empresários da Federação das Indústrias de São Paulo cogitados para o cargo em grandes estatais como a Vale do Rio Doce, a Siderbrás, Eletrobrás, e a Telebrás, entre outras.



Como forma de ampliar a participação da sociedade na reforma do serviço público, está funcionando, no Ministério da Administração, o Projeto Cidadão da reforma Administrativa, que até agora já recebeu mais de 200 solicitações. São cartas ou telefonemas com sugestões e informações sobre a administração pública. Estas questões são encaminhados aos departamentos competentes e respondidas via correio. Para participar do Projeto basta escrever para a Diretoria de Organização Administrativa da FUNCEP — Fundação Centro de Formação do Servidor Público — no Setor de áreas Isoladas Sul, área 1, CEP 70.610, Brasília, DF, ou telefonar para (061) 245.5909, ramal 147. ■

Tabelas vão acabar

O ministro da Administração, Aluizio Alves, já entregou ao presidente José Sarney o projeto de lei que vai regularizar a situação dos 136 mil servidores lotados em tabelas especiais. A proposta prevê o enquadramento destes funcionários na tabela permanente do serviço público, mediante processo seletivo que terá a supervisão do Ministério da Administração. O enquadramento será feito no nível inicial da carreira, prevendo complementação salarial e com os próximos reajustes incidindo sobre este percentual, com contagem retroativa do tempo de serviço. ■

Uma escola à francesa

O ministro Aluizio Alves está estudando a possibilidade de criação, no Brasil, de uma escola nacional de administração, a exemplo da que existe na França. Para tanto, recebeu a visita do professor Simon Norah, diretor da Escola Nacional de Administração da França, com quem trocou idéias sobre o treinamento do servidor público. Na França, a escola de administração forma anualmente 150 alunos, metade dos quais de funcionários públicos que fazem o curso como reciclagem, e outra metade de alunos que se preparam para entrar no serviço público. ■

Transporte terá vale

Os servidores públicos da administração federal, direta ou indireta também poderão ser beneficiados com a criação do vale-transporte, projeto de lei do executivo aprovado pela Câmara dos Deputados, que estabelece que o empregador, pessoa jurídica ou física, deverá antecipar ao trabalhador o vale-transporte para utilização efetiva em despesas de deslocamento, residência-trabalho e vice-versa, mediante celebração de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho. Para que o projeto se estenda aos funcionários da União, o deputado Horário Ortiz, relator da mensagem do Executivo, apresentou substitutivo que estimula a medida à Comissão de Transporte da Câmara, destinando o vale à utilização no sistema de transporte coletivo público urbano, intermunicipal e interestadual. O vale transporte, concedido nas condições e limites estabelecido por lei, no que se refere à contribuição do empregador, não tem natureza salarial. ■

Ministério remaneja

■ A partir de 1º de janeiro do próximo ano, 250 mil funcionários ociosos da administração direta e autárquica — existem 500 mil — serão remanejados, uma vez nesta data que expira o prazo estabelecido em decreto pelo presidente José Sarney para que os ministros remetam ao Ministério da Administração levantamentos da situação de todo o seu pessoal. Antes de dar início ao remanejamento, o ministro Aluizio Alves pretende ouvir todos os servidores, através de questionários, para saber que tipo de atividade cada um exerce, se está satisfeito com o que faz e quais seus objetivos futuros. Enquanto o ministro não tiver em mãos todos os dados da pesquisa, os novos Ministérios continuarão com problema de falta de pessoal, funcionando de forma precária. O ministério da Cultura, por exemplo, tem um número mínimo de servidores, cedidos por outros órgãos, porque a contratação está proibida por decreto presidencial. Segundo informações, o ministro Aluizio Pimenta já requisitou ao ministro da Administração 205 funcionários. ■



Aposentadoria com 10 anos

■ Baixar a folha de pagamento de pessoal do Governo, que em 86 deverá situar-se entre Cr\$ 96,8 e Cr\$ 122 trilhões (conforme o reajuste de janeiro) é um dos principais argumentos a favor da proposta apresentada pelos ministros Aluizio Alves, da Administração, e João Sayad, do Planejamento, para oferecer ao servidor público a opção pela aposentadoria voluntária a partir dos dez anos de trabalho. A idéia original propunha a opção a partir dos 20 anos, mas evoluiu para dez em razão do universo a ser

atingido para que a medida surta realmente os efeitos desejados.

Junto com o estímulo à aposentadoria voluntária, o Governo adotará outras medidas, tais como manter a proibição de contratações de novos funcionários no próximo ano e promover uma paulatina redução dos seus quadros, sobretudo na área das estatais. Essa redução se fará inapelavelmente, porém de forma não traumática. Para operacionalizar a aposentadoria voluntária aos dez anos (caso o Ministério da Fazenda concorde e o Presidente Sarney aprove), o governo terá que enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei estipulando um prazo para a opção. ■

Cálculo sobre maior INPC

■ O índice do próximo reajuste de vencimentos do funcionalismo público da União, a vigorar a partir de 1º de janeiro, deverá ser igual ao maior INPC do segundo semestre deste ano, a exemplo do que ocorreu com o reajuste de julho, quando o Governo aplicou o índice de correção dos salários de maio, 89 por cento, o maior do primeiro semestre. O ministro da Administração, Aluizio Alves, espera submeter o projeto de reajuste ao presidente José Sarney a tempo de ser encaminhado à apreciação do Congresso Nacional. ■



A contribuição do exterior para a reorganização administrativa brasileira: o professor Michael Hansen, da American University, dá palestra sobre Administração Pública, no auditório da Funcep. Na foto, o professor Hansen, ao microfone, e o presidente da Funcep, Paulo César Catalano, o anfitrião. A palestra encerrou o painel de lançamento da comissão de Reforma Administrativa, dia 1º de agosto.